



## **IMPACTOS DO HEGEMONISMO OLIGOPOLISTA ESTRANGEIRO NA SOJICULTURA SOBRE O TRABALHO E AS CONDIÇÕES DE VIDA DE TRABALHADORES**

Henrique Rudolfo Hettwer <sup>1</sup>

### **Resumo**

Este artigo apresenta alguns dos impactos sobre o trabalho e as condições de vida dos trabalhadores em municípios com as maiores produções de soja no Brasil. Analisa-se a dinâmica da cadeia produtiva que segue o modelo neoliberal voltado ao mercado exterior de *commodities*, vislumbrando-se como os trabalhadores rurais são impactados por tal dinamismo exógeno. Notabiliza-se o domínio oligopolista estrangeiro da cadeia produtiva em associação com latifundiários e o Estado brasileiro, que gera privilégios ao monocultivo da soja. Ressalta-se a geração de empregos relacionados à cultura da soja em municípios com maiores resultados produtivos no país, que são comparados, além de outros indicadores, com outros municípios de outras matrizes produtivas. Conclui-se que, apesar da atenção relevante que tem recebido, com fartos incentivos e privilégios, a sojicultura rende aos municípios em que é largamente produzida e às suas populações, reduzida geração de emprego e renda. E, além disso, ainda afeta essas mesmas populações com a primazia agroexportadora ao aumentar preços de produtos básicos da alimentação, que estes mesmos produzem, tornando-os inalcançáveis ao consumo.

**Palavras-chave:** Reprimarização; Soja; Indicadores socioeconômicos; Trabalho.

### **Resumen**

Este artículo presenta algunos de los impactos en el trabajo y las condiciones de vida de los trabajadores en los municipios con mayor producción de soja en Brasil. Se analiza la dinámica de la cadena productiva que sigue el modelo neoliberal orientado al mercado externo de *commodities*, con un vislumbre de cómo los trabajadores rurales son impactados por tal dinamismo exógeno. Destaca el dominio oligopólico extranjero de la cadena productiva en asociación con los latifundistas y el Estado brasileño, que genera privilegios para el monocultivo de soja. Se destaca la generación de empleos relacionados con el cultivo de la soja en los municipios con mayores resultados productivos del país, los cuales se comparan, además de otros indicadores, con otros municipios de otras matrices productivas. Se concluye que, a pesar de la atención relevante que ha recibido, con abundantes incentivos y privilegios, la producción de soja rinde a los municipios donde se produce mayoritariamente y a sus poblaciones, menor generación de empleo e ingresos. Y, además, sigue afectando a estas mismas poblaciones con primacía de la agroexportación al aumentar los precios de los productos alimenticios básicos que producen, haciéndolos inalcanzables para el consumo.

**Palabras clave:** Reprimarización; Soja; Indicadores socioeconómicos; Trabajo.

## **INTRODUÇÃO**

Em recente entrevista, o presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI, 2021), Robson de Andrade, afirma que o Brasil caminha para “tornar-se a roça do mundo.” Diante de índices crescentes de desnacionalização empresarial e desindustrialização precoce do país, agudizados nas últimas décadas de égide neoliberal, sobrepõem-se neocolonialidades que ampliam o domínio do capital estrangeiro, solapando a geração de emprego e renda nacional.

---

<sup>1</sup> Doutorando em Geografia da Universidade Federal de Santa Maria - RS, henriquehettwer@gmail.com.



Ao mesmo tempo, eleva-se a reprimarização econômica no contexto da divisão internacional do trabalho, com as *commodities* de soja, ferro, petróleo bruto e carnes liderando a lista de produtos exportados, diante da aquisição de produtos de alto valor agregado no mercado exterior. Além do elevado ingresso de Investimento Estrangeiro Direto no país, que adquire empresas nacionais ou instala filiais de transnacionais para dominar o mercado interno, explorar a mão de obra barata e os recursos naturais abundantes.

Todavia, mesmo diante de crescente reprimarização, após ter deixado o mapa da fome da ONU em 2014, o Brasil tem convivido com um cenário de crescente insegurança alimentar, que afeta cerca de 19 milhões de brasileiros, e que teve mais da metade dos domicílios no país com algum grau de insegurança alimentar nos últimos meses, segundo estudo pela Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Rede Penssan, 2021). Justifica-se com a inflação que afeta gêneros alimentícios básicos desde 2020, o alto índice de desemprego no país e a defasagem do Bolsa Família. No entanto, nota-se a insegurança alimentar coincidindo com o substancial aumento na exportação de gêneros alimentícios, segundo o Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA-IBGE, 2021), que aponta recorde na produção de soja, totalizando 133,3 milhões de toneladas, com alta de 9,7% na comparação com 2020.

O agronegócio é um mercado dominado globalmente por um seleto grupo de transnacionais que, juntas, as empresas ADM, Bunge, Cargill e Louis Dreyfus, controlam 70% da produção, comercialização e transporte de produtos agrícolas, em crescente expansão e desnacionalização de empresas brasileiras, com fartos incentivos e privilégios do Estado. De outra parte, a participação da agricultura familiar na geração de receitas no campo foi de 23% do total, percentual inferior aos 38% aferidos pelo Censo Agropecuário em 2006. (IBGE, 2017) Até mesmo antes da “Revolução Verde”, Josué de Castro (1980), foi um crítico das monoculturas brasileiras, que chamava de “grave doença da economia agrária”, preconizando a reforma agrária como um ponto da sua estratégia de combate à fome. Para Castro, o latifúndio e a monocultura causavam fome ao limitar a produção agrícola, prejudicando o acesso da população à variedade de alimentos, e perpetuavam a pobreza, porque os empregos que geravam eram tão ruins que muitos nem previam salário, o denominado “salário de fome”, outro indutor da fome. O autor trata a fome como um problema de várias facetas, que inclui a qualidade do que se come.

Nesse sentido, objetiva-se contraditar a retórica vigente no Brasil, de amplificadas sonoridades nos espaços de poder, para refletir a real condição do trabalho no contexto de oligopolização estrangeira do espaço rural brasileiro. Por um lado, a terra se concentra



sobremaneira, com o empobrecimento de camponeses, especialmente com a redução ou extinção de diversos programas de incentivo à agricultura familiar. O Brasil tem 45% de sua superfície agrícola concentrada em 1% dos estabelecimentos rurais, de acordo com a organização internacional Oxfam. (Hettwer, 2021). De outro, a dinâmica monocultora da soja em latifúndios com intensa mecanização e uso de agrotóxicos, reduz crescentemente a contratação de trabalhadores, repelindo-os ainda mais.

## **METODOLOGIA**

Analisa-se neste trabalho alguns dos impactos, para os trabalhadores do campo, para as regiões agrícolas e para o desenvolvimento do Brasil, das políticas adotadas na cadeia produtiva da soja e as consequências do modelo neoextrativista sobre o emprego, as condições de vida das populações em importantes municípios sojicultores, em comparação com outras realidades municipais, de matrizes produtivas distintas. Mediante dados estatísticos oficiais, estudos científicos e releituras bibliográficas, são contraditadas as narrativas sobre o êxito da cadeia produtiva e os efeitos concretos de seu avanço no espaço geográfico brasileiro, analisando-se a realidade social de alguns dos principais municípios produtores do país em comparação com outras realidades nacionais, para discutir os contrastes gerados e outras perspectivas possíveis.

Ao refletir-se o PIB per capita dos municípios de Sorriso, Nova Mutum, Formosa do Rio Preto, Campo Novo do Parecis e Nova Ubiratã, maiores produtores de soja do país (IBGE, 2019) compara-se a eles a realidade de municípios detentores de outras matrizes produtivas (Paulínia, São José dos Campos, Jundiaí, Joinville e Blumenau), inserindo outros indicadores para perceber alguns aspectos abordados teoricamente na bibliografia discutida e o desenvolvimento argumentativo e conclusivo do autor.

## **REFERENCIAL TEÓRICO**

Gudynas (2011) afirma que a ideia de desenvolvimento vem sendo apregoada como um mito ou uma religião, o que define como ideologia do progresso. Isso explicaria o apego irracional e emotivo que ignora os alertas contraditórios por distintas correntes de pensamento. O autor cita Furtado (1975), que atribui a um mito o desenvolvimento econômico proposto ao conjunto de povos pobres, que baseia o modelo em investimentos, exportações e crescimento. Furtado afirma ser irrealizável o modelo dos países ricos praticado nos países pobres e que essa ideia foi utilizada tão somente para mobilizar os países pobres a aceitarem enormes sacrifícios,



para legitimar a destruição de formas de culturas nativas tidas como arcaicas, para justificar a destruição do meio ambiente e formas de dependência que justificam o caráter predatório do sistema produtivo.

Segundo Domínguez (2013), esse modelo de desenvolvimento gera diversos danos sociais, econômicos e ambientais nos territórios em que o capital externo ingressa, com promessas falsas de desenvolvimento. O comemorado ingresso de capital destrói culturas tradicionais, danifica o meio ambiente e asfixia o desenvolvimento econômico endógeno, e esses danos não são contabilizados, gerando externalidades negativas que não são incluídas no preço final de seus produtos.

Nesse contexto geral de esvaziamento da produção e ocupação industrial, o sistema produtivo em declínio se distanciou das novas tecnologias e se aproximou da lógica de valorização financeira da riqueza velha e da acumulação por despossessão. Ou seja, a ocupação privada para a rápida e consequente obtenção lucrativa nos espaços desmercantilizados urbanos de responsabilidade do Estado (privatização de empresas estatais e serviços públicos) e rurais sob domínio de comunidades locais (tradicionais como indígenas, ribeirinhas, de agricultores familiares e outras). Em função disso, a terciarização da economia ganhou maior expressão, com majoritária localização das ocupações no setor de serviços. Em geral, postos de trabalho precários e instáveis, à margem dos direitos sociais e trabalhistas, dependentes mais da concentração da renda das famílias ricas do que da dinâmica econômica propriamente dita. (POCHMANN, 2021)

Menezes e Cassol (2015), demonstram a homogeneização do agronegócio por transnacionais na sojicultura, avançando no Brasil sobre as plantas empresariais já existentes. O *modus operandi* consiste em eliminar concorrentes, aumentando a presença da empresa compradora no mercado; saltar etapas no processo de crescimento horizontal das empresas; construir novas escalas de produção altamente tecnológicas; assegurar o suprimento de matérias-primas e de canais de distribuição dos bens finais da empresa adquirida; ocupar rapidamente o mercado doméstico.

Achkar e Domínguez (2015), descrevem o modelo neoextrativista baseado na reprimarização da economia no bioma Pampa. Ocorre a valorização mercantilista e financeira por parte de agentes internacionais em busca de altos rendimentos, descuida-se da soberania alimentar da população regional e nacional e desencadeiam-se processos de desterritorialização de pessoas e saberes, ampliando a vulnerabilidade cultural e social. No Uruguai, por exemplo, esse modelo de desenvolvimento provocou o acúmulo de terras, bem como sua desnacionalização, sendo um dos 24 países com maior incidência no mundo. Ainda causou a emigração do campo de 101.000 pessoas entre 2004-2011. Durante o decênio 2000-2011 desapareceram 12.241 propriedades agropecuárias, das quais 91% eram menores de 100 hectares e familiares.



Gligo *et al* (2020), advertem que o atual modelo de desenvolvimento da América Latina e Caribe é insustentável, põe em risco a conservação das riquezas naturais, tornadas mercadorias. Contudo, mesmo diante da crise criada, há o conformismo ideológico e, assim, populações e agentes públicos acotovelam-se esperando “investimentos”, sentindo-se felizardos e apoiando ainda mais as transnacionais com desonerações tributárias de toda ordem, bem como o arrefecimento de legislações. Afinal, “é preciso passar a boiada”, como afirmara o ministro do meio ambiente do Brasil, em reunião ministerial de 22/04/2020, defendendo celeridade nas desregulamentações ambientais.

Achkar, Domínguez e Pesce (2008), afirmam que o termo agronegócio foi cunhado por Ray Goldberg e se refere à cadeia de indivíduos, empresas e instituições envolvidos desde a atividade agropecuária em si, a oferta de insumos ao processamento e distribuição de alimentos, em segmentos integrados e interdependentes. Cria-se um mecanismo de domínio privado fundado na biotecnologia de sementes e os produtos químicos associados que garantirão a produção, desde o combate a pragas, fungos e ervas daninhas, o que intensifica a dependência de agricultores. Com isso, consolida-se a lógica oligopolista, que se alastra em outras atividades relacionadas, industrial, comercial e financeira, amplificadas pelo processo de fusão empresarial horizontal (ocorridas dentro do mesmo segmento econômico) ou vertical (que pode incorporar empresas de outros segmentos da cadeia produtiva).

Para Mazoyer e Roudart (2008), esse cenário gera uma situação de empobrecimento do campo, especialmente nos países mais pobres, que deveria ser enfrentado com o aumento do poder de compra das pessoas pobres, demandando mais alimentos, incentivos, destribuição e aumento dos preços dos produtos agrícolas, reforma agrária, organização mundial hierarquizada dos mercados, reorientação de políticas de pesquisa. Conforme Silva (1996), a agricultura brasileira passa a se dividir em “agricultura do rico” e “agricultura do pobre”.

Segundo Hettwer (2021), a cultura da soja evoluiu no Brasil devido às isenções fiscais sobre a exportação do produto, que causaram perdas tributárias dos municípios e estados produtores. Ao longo dos anos, acentuaram-se os prejuízos econômicos decorrentes da desoneração das exportações dos produtos primários, a chamada lei Kandir. Um dos principais efeitos percebidos com a vigência da Lei Kandir é a redução significativa de repasses de ICMS dos estados aos municípios produtores de soja, tal como Cachoeira do Sul, bem como a perda estadual de arrecadação. De acordo com estudo de Novaes e Jensen (2020), todas as vendas de produtos do agronegócio para fora do Brasil em 2019 renderam aos cofres públicos apenas R\$ 16,3 mil em imposto de exportação. A cifra representa 0,000003% do valor total das vendas,



ou seja, o Estado brasileiro arrecadou um centavo em imposto de exportação a cada R\$ 323 mil faturados.

## RESULTADOS

Nesse contexto de primazia da doutrina neoliberal, de globalitarismos, segundo Santos (2009), de fábulas e perversidades, acentua-se a precarização do trabalho no país, a informalidade, a flexibilização e a uberização. Segundo o Caged (2019), o Brasil soma 39.054.507 empregos formais, celetistas. Desse total, há 200.382 empregos do segmento de extração mineral; 7.196.450 empregos da indústria de transformação; 423.150 empregos do segmento de serviços da indústria de utilidade pública; 2.046.705 empregos da construção civil; 9.158.356 empregos no comércio; 17.609.395 empregos no setor de serviços; 849.461 empregos na administração pública; e 1.570.608 empregos formais no segmento agropecuário. Ou seja, o montante de empregos formais gerados no espaço rural garante apenas 4% de participação no universo brasileiro, mesmo com a intensa rede de incentivos e desonerações do segmento, e a resiliência da agricultura familiar, ameaçada.

Um estudo encomendado pela Agenda Pública e ODS (2021), com apoio da União Europeia, a pesquisadores da UFMG, denominado “O agro pode mais”, mapeou indicadores como renda, educação e saúde e comparou a realidade entre cidades que tem e não têm a agropecuária como base da economia. A pesquisa comparou as condições socioeconômicas dos 5.570 municípios brasileiros. Segundo o estudo, os municípios considerados agropecuários no país possuem nível de desenvolvimento humano menor do que os “não agro”. Segundo o relatório, a modernização do setor agrícola nas últimas décadas reduziu ainda mais o número de empregos em áreas rurais acentuando a concentração de terras e a desigualdade social.

Quatro dos cinco maiores produtores de soja do país localizam-se no Mato Grosso, e Formosa do Rio Preto encontra-se no oeste da Bahia, numa produção vinculada a propriedades que detêm grandes extensões de área cultivada. Segundo o IMEA<sup>2</sup>, em Mato Grosso, a quantidade média de máquinas agrícolas por fazenda produtora de soja é de 12, enquanto a de trabalhadores é de 10, número que tende a diminuir, tendo em vista que a agricultura de precisão chegou à região há apenas 5 anos e ainda tem muito potencial de expansão. (Soares, 2018) Ressalte-se que as máquinas agrícolas são unicamente de produção transnacional, que

---

<sup>2</sup> O IMEA - Instituto Mato-grossense de Economia Agropecuária é um instituto privado sem fins lucrativos do sistema Famato em parceria com a Aprosoja, Ampa e Acrimat, criado em 1998 e reestruturado em 2008, com sede em Cuiabá-MT.

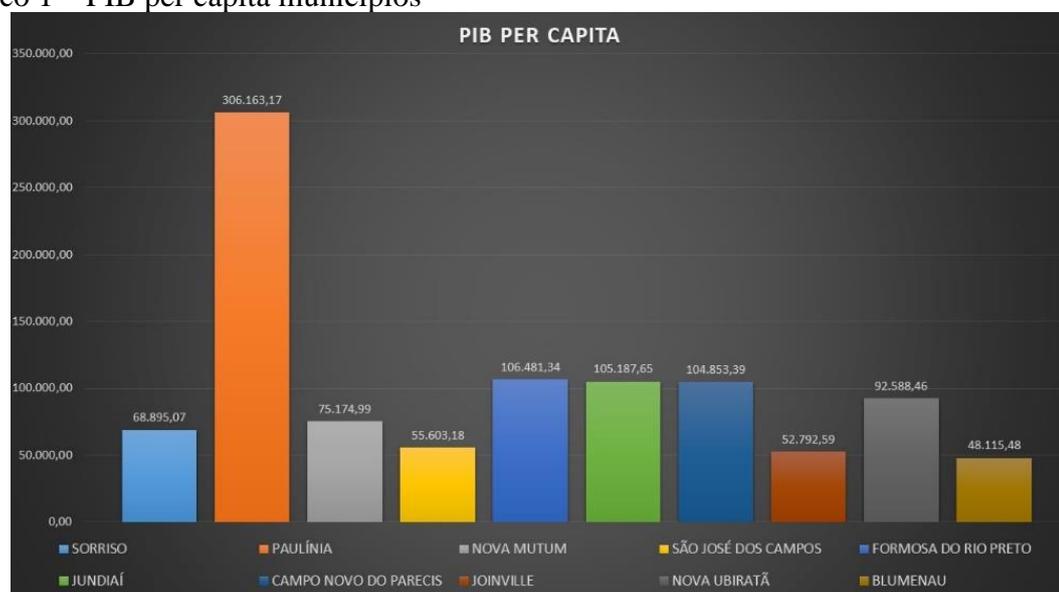


oligopolizam o mercado brasileiro, remetendo às matrizes elevados lucros, com o predomínio no espaço rural brasileiro das estadunidenses John Deere e Agco, e da italiana CNH. Ainda que a soja tenha uma produção altamente mecanizada, que demanda pouca mão de obra humana, sua expansão da soja pelo território de Mato Grosso foi acompanhada por intensos fluxos migratórios, com crescimento populacional superior à média nacional entre 1970 e 2010.

A maioria dos profissionais que atuam no ramo é da área urbana, cuja atuação se relaciona ao agronegócio, tais como: corretores de grãos, gerentes e auxiliares de produção nas agroindústrias, motoristas de caminhão, professores, agrônomos, veterinários, vendedores de máquinas, pilotos de aviões despejadores de agrotóxicos, profissionais de limpeza, etc. Em suma, notou-se que a dinamização do plantio da soja no mercado de trabalho ocorre mais época da safra e se dá pela contratação dos temporários para operação das colheitadeiras e plantadeiras, e da contratação de caminhoneiros autônomos, geralmente aproximadamente 4 a cada 1200 ha durante a época da safra (as fazendas 2 e 3, descontadas as áreas de reservas legais, tem aproximadamente 1200 há de área plantada). Os números encontrados em campo são fidedignos com a divisão do número total de trabalhadores mensurados pela RAIS como trabalhadores formais de lavouras de soja (CNAE 0115) pelo número de hectares plantados em Mato Grosso: **3,5 trabalhadores por mil hectares de área plantada**. (SOARES, 2018, p. 5, grifo nosso)

Os principais municípios sojicultores brasileiros, impactados pela concentração de capital, impulsionado pela elevada alta de preços das *commodities* nos últimos anos, vem apresentando relativos picos de geração de empregos, baseados na terciarização econômica já citada por Pochmann. Segundo o Caged (2019), o município de Sorriso (MT) gerou no período de 2002 a 2019, o saldo de 19.828 empregos; Nova Mutum (MT) 13.169 postos; Formosa do Rio Preto (BA), 2.195 empregos; Campo Novo do Parecis (MT), 8.550 empregos; e Nova Ubiratã (MT), geração de 1.595 postos de trabalho com carteira assinada.

Gráfico 1 – PIB per capita municípios



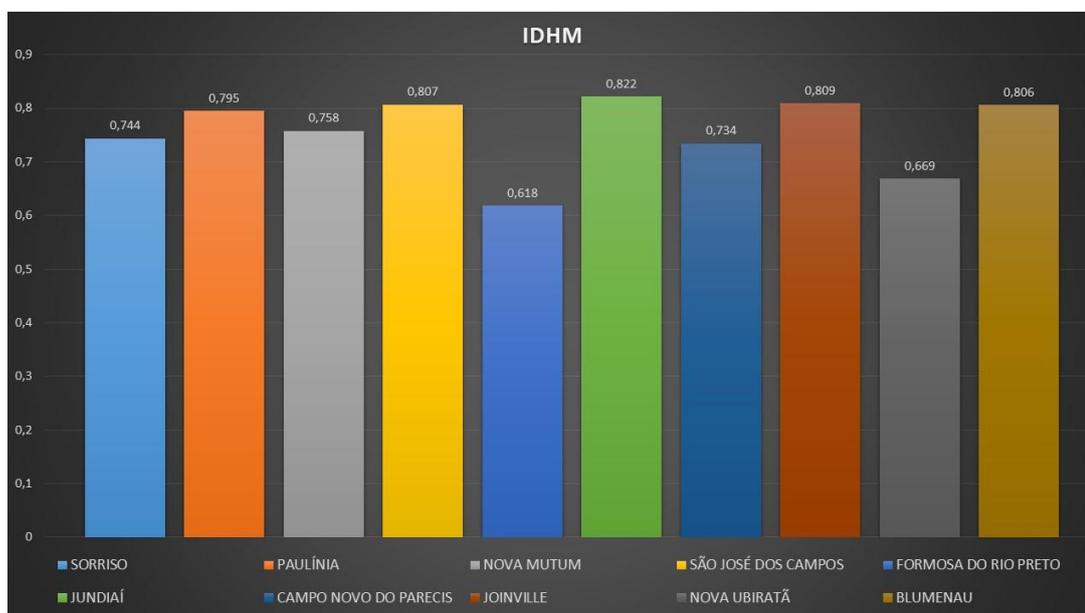
Fonte: IBGE, 2018.



Contudo, ao analisar-se o PIB dos municípios, nota-se que há uma grande geração de riqueza nos municípios sojicultores, de populações reduzidas em comparação com os municípios industrializados indicados, mas com índices bem superiores de PIB per capita, como mostra o Gráfico 1.

Ao verificar-se a realidade social das populações dos municípios, percebe-se que a riqueza é gerada, porém pouco alcança as populações, como mostra a minoridade do IDHM (Índice de Desenvolvimento Humano Municipal) dos municípios sojicultores em comparação com os demais. Este índice resulta da análise econômica (PIB per capita), a escolaridade e a expectativa de vida da população.

Gráfico 2 - IDHM

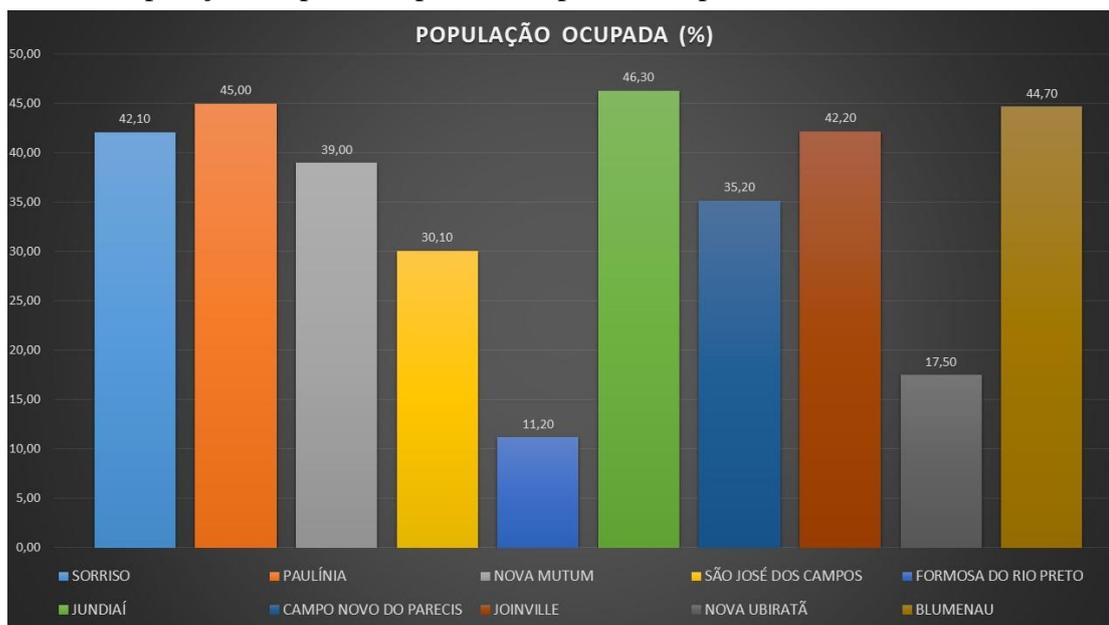


Fonte: IPEA, 2013.

Quando se analisa a população que está ocupada economicamente, os municípios sojicultores, na maioria, apresentam resultados menores que os demais, a exceção de São José dos Campos, conforme demonstra o Gráfico 3. Essa realidade, já mencionada por Soares, atesta que o agronegócio agroexportador gera riqueza a alguns, porém não emprega efetivamente as populações dos municípios em que hegemonizam o espaço geográfico. Uma situação peculiar de municípios sojicultores, mesmo em outras regiões brasileiras, como demonstrado em Hettwer (2021).



Gráfico 3 – População ocupada em percentual por município



Fonte: IBGE, 2019.

Segundo a ABIOVE (Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais), o Complexo Soja gerou, em 2010, 900 mil empregos diretos e indiretos no Brasil, sendo 419 mil na etapa de plantio e 481 mil no processamento industrial. Ainda segundo o estudo da Associação, cuja metodologia não foi esclarecida, a geração de empregos pelo complexo soja é 4 vezes maior quando a soja é processada em território nacional. O Brasil, desde 1996, com a Lei Kandir, vem priorizando o crescimento da exportação do grão em detrimento do crescimento da capacidade de esmagamento, que cresceu em ritmo muito menor que a produção. Enquanto a capacidade de esmagamento brasileira cresceu 42,16% entre 1995 e 2009, a produção de soja em grão cresceu 164,86% no mesmo período (ABIOVE, 2016) (SOARES, 2018, p. 6)

Gráfico 4 – Salário médio formal em salários mínimos



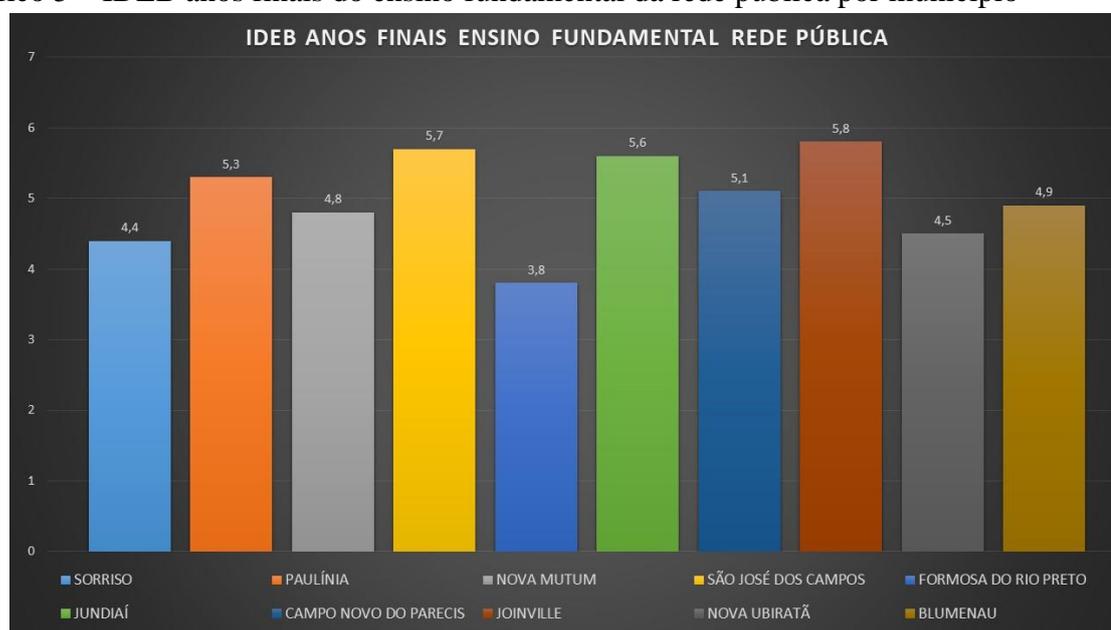
Fonte: IBGE, 2019.



Quanto à remuneração dos trabalhadores formais, nos municípios sojicultores, há o pagamento de salários menores, se comparados aos demais municípios listados, como ilustra o Gráfico 4. Com o modelo neoextrativista concentrando a riqueza através da hegemonia oligopolista de transnacionais, o capital não se reproduz integralmente, uma vez que a destinação de parte considerável dos produtos gerados são destinados in natura ao mercado exterior. Assim, não se configuram arranjos e cadeias complexas de produção, numa repetição histórica da dinâmica de outros ciclos notados na historicidade brasileira. Com isso, a empregabilidade prometida é pífia diante dos alardes e privilégios do segmento sojicultor baseado nesse modelo exógeno.

No contexto social, pode-se analisar também a qualidade do ensino através do IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica), de responsabilidade do Instituto Nacional de Ensino e Pesquisa (INEP-MEC), reproduzido no portal do IBGE (2019), conforme o Gráfico 5. Evidencia-se que os índices educacionais em municípios sojicultores têm resultados menores que os demais municípios comparados.

Gráfico 5 – IDEB anos finais do ensino fundamental da rede pública por município



Fonte: IBGE, 2019.

Diante da mecanização crescente, a elevada tecnologia e o conforto do interior das máquinas colheitadeiras e plantadeiras contrasta, todavia, com as extensas jornadas de trabalho nas plantações de soja. Os principais problemas dos trabalhadores assalariados rurais da soja são: a questão dos agrotóxicos, o desrespeito à jornada de trabalho, a remuneração variável e a falta de qualificação profissional e de conscientização dos trabalhadores em relação ao uso de



equipamentos de segurança no trabalho, em especial aqueles relacionados ao manuseio de agrotóxicos. (Soares, 2018)

Ilustrando-se essa situação, nos primeiros meses de 2021, o município de Tupanciretã, na região centro-oeste do Rio Grande do Sul, abalou-se em medo e desespero pelo aumento de casos de Covid-19, no município de cerca de 24.000 habitantes. Ocorre que, apesar de sustentar o posto de líder em produção de soja no estado, com a maior área produtiva, de amplo enriquecimento, o município sequer apresenta um único leito de UTI para sua população, obrigando a remoção de todos os casos graves para cidades vizinhas. Em Jaciara, no Mato Grosso, grande produtor de grãos (na safra passada colheu 85.000 ton. de milho e 141.000 ton. de soja - IBGE), de cana-de-açúcar (612.000 ton.) e onde há mais de três bois por habitante, a falta de comida desafia a sobrevivência de trabalhadores rurais que, ironicamente, não tem açúcar, farinha de milho, carne e óleo de soja para sua sobrevivência.

Em Cuiabá, capital do Mato Grosso, principal produtor de grãos e um dos maiores rebanhos bovinos do país, em registro do programa Fantástico<sup>3</sup> de 25/07/2021, notabilizou-se a fila de dezenas pessoas em busca de ossos para a alimentação de suas famílias, num contexto de cerca de 19 milhões de brasileiros em situação de insegurança alimentar. Assim, os trabalhadores da soja não gozam do elevado “sucesso” da cultura pois, também estes, com salários baixos ou precarizados, assistem, entre abril de 2020 a abril de 2021, o preço das commodities agrícolas utilizadas na indústria de alimentos variar de 20% a 100%, segundo a Associação Brasileira da Indústria de Alimentos (Abia). De acordo com o levantamento, insumos como milho, soja e arroz subiram 84%, 79% e 59%, respectivamente, ao longo do período analisado. Já o trigo e o leite tiveram alta de 37%, enquanto o café robusta subiu 36% e o açúcar ficou 40%.

Um exemplo típico do modelo produtivo que se estabeleceu no país e projetou o agronegócio brasileiro nos principais mercados no mundo é o Mato Grosso. O estado que repetiu a estrutura do latifúndio e da monocultura de exportação hoje convive com enormes contradições: alterna municípios que produzem grandes riquezas a partir da soja e do milho, com numerosos bolsões de pobreza. Tem cidades ricas como Sorriso e outras extremamente pobres, como Araguaiana. “Mais da metade do PIB do Mato Grosso está em apenas 14 municípios, dos 141 que compõem o estado”, afirma o diretor executivo do Comitê Estadual da Estratégia PCI (Produzir, Conservar, Incluir) do Mato Grosso, Fernando Sampaio. Ele destaca setores do agronegócio com grande potencial no estado, como a piscicultura e a cadeia do leite para os pequenos produtores, assim como a produção de castanhas e de sementes, além da possibilidade de envolver a mão de obra indígena e de povos tradicionais na restauração das florestas. “Hoje somos os maiores produtores de soja do país, mas importamos frutas e legumes de São Paulo. Poderíamos mobilizar a mão de obra de cerca de 100 mil agricultores familiares do estado para suprir essa demanda”, revela, ao apresentar alguns programas em execução. (AGENDA PÚBLICA e ODS, 2021, p. 15)

<sup>3</sup> Fantástico (Rede Globo) de 25/07/2021: <https://g1.globo.com/fantastico/noticia/2021/07/25/fila-para-conseguir-doacao-de-ossos-e-flagrante-da-luta-de-familias-brasileiras-contr-a-fome.ghtml>



Segundo o IBGE, desde 2020, o preço do óleo de soja subiu 87,89%, o arroz ficou 69,80% mais caro e a batata passou a custar 47,84% a mais. Os preços mais altos, que pesam para as famílias mais pobres e vulneráveis, promoveram outro cenário para os supermercados, muitos transnacionais, que também tiveram lucros estrondosos, como o Grupo Pão de Açúcar (outrora nacional e agora da francesa Casino), que teve lucro de R\$ 1,59 bilhão no último trimestre de 2020, um aumento de 58,5% em relação ao mesmo período de 2019. Já o também francês Carrefour, registrou lucro de R\$ 935 milhões, um aumento de 47% em relação ao último trimestre do ano anterior.

### **Considerações finais**

A soja é o principal produto da balança comercial brasileira, especialmente em grãos, com a crescente ocupação do espaço rural brasileiro, ampliando a fronteira agrícola nacional em direção ao centro-oeste e norte do país, além da adaptação na região do MATOPIBA, divisa dos estados de Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia. Contrastando com o lucro exorbitante adquirido com a comercialização internacional mediante a desvalorização monetária do real frente ao dólar, o que barateia nossos produtos, e a alta demanda externa, vivencia-se uma realidade a parte das populações que circundam as vastas áreas sojicultoras. O prometido eldorado da cultura atende centralmente à dinâmica exógena de transnacionais, de distintos segmentos (máquinas agrícolas, agrotóxicos, sementes, fertilizantes) que dominam quase que integralmente a cadeia produtiva, desde o plantio ao escoamento, mediante a integrada ação de latifundiários e agentes públicos.

Nesse contexto, são poucos os empregos gerados, apesar de haver considerável aumento em algumas cidades, como Sorriso (MT), que também atraem migrantes de outras regiões do país. Mas que, mesmo nesse caso, ao compararem-se índices econômicos com outras localidades nacionais, de distintas matrizes produtivas, nota-se a inferioridade, apesar de todos os benefícios fiscais e privilégios da cadeia produtiva, especialmente com a Lei Kandir. Nota-se a geração de renda, exuberante, mas que é concentrada em poucos grupos econômicos, especialmente transnacionais, que a remete para o exterior, para suas matrizes, onde geram a gênese do modelo com investimentos em ciência, tecnologia e geração de empregos especializados.

Como vimos, 1.000 hectares de soja geram tão somente 3,5 empregos em média, além dos empregos urbanos derivados, principalmente no setor de serviços e comércio. Contudo, é um resultado irrisório diante dos privilégios públicos que obtém e das promessas que alardeia.



Tal avanço, além de gerar poucos empregos, e de baixo grau de especialização, havendo mero atendimento a demandas prontas de pacotes tecnológicos estrangeiros, reduz a área de produção de alimentos, encarecendo-os. Assim, contrasta, no estado do Mato Grosso, a elevada produção de soja e carne, e a impossibilidade de parte da população em consumir o óleo de soja e esta carne, ambos enviados ao exterior objetivando lucros máximos.

As neocolonialidades reconfiguram o espaço rural brasileiro e ampliam a dependência estrangeira, aprofundando a reprimarização e a desindustrialização nacional. Ainda, ao favorecer as transnacionais, provoca a incorporação de empresas brasileiras ao espólio estrangeiro, através de fusões verticais e horizontais, oligopolizando ainda mais o agronegócio no país. Enquanto isso, os camponeses despossuídos tem que se reinventar em aglomerações urbanas, em outras atividades profissionais dissociadas da produção agrícola de alimentos, o que vulnerabiliza ainda mais essas pessoas e segurança alimentar das populações.



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACHKAR, Marcel; DOMÍNGUEZ, Ana e PESCE, Fernando. **Agronegócios Ltda. Las empresas agroalimentarias en América del Sur.** Ed. T. Verde- Redes. Programa Uruguay Sustentable. Montevideo, 2008.

ACHKAR, Marcel e DOMÍNGUEZ, Ana. **Conferencia de cierre: tensiones entre bienes comunes y transformaciones agrarias a diversas escalas.** In 1º Simposio de Geografía del Cono Sur: Desafíos para la integración de la Geografía del Cono Sur. Org.: Ana Estela Dominguez Sandoval, Carmen Rejane Flores Wizniewsky, Tatiane Almeida Netto, Lucía Eluén, pp. 532-540. Montevideo: Laboratorio de Desarrollo Sustentable y Gestión Ambiental del Territorio-Geografía, IECA, Facultad de Ciencias - UdelaR, 2015.

AGENDA PÚBLICA e ESTRATÉGIA ODS. **O agro pode mais.** São Paulo: Agenda Pública, 2021. Disponível em <https://www.agendapublica.org.br/agenda-publica-lanca-a-publicacao-agro-pode-mais-caminhos-para-o-desenvolvimento-sustentavel/>

ANDRADE, Robson. **Desindustrialização pode tornar Brasil a roça do mundo.** Disponível em <https://valor.globo.com/opiniao/coluna/desindustrializacao-pode-tornar-brasil-a-roca-do-mundo.ghtml>

CAGED. **Programa de disseminação das estatísticas do trabalho.** Brasília: MTE, 2019. Disponível em <http://pdet.mte.gov.br/>.

CASTRO, Josué de. **Geografia da fome (o dilema brasileiro: pão ou aço).** Rio de Janeiro: Antares Achiamé, 1980.

DOMÍNGUEZ, Ana. **La mercantilización de la naturaleza y el diseño de nuevas territorialidades: bienes comuns en tensión.** In Geonaturalia. Org. Celina A. Lértora Mendoza, pp 53-72. Buenos Aires: Ediciones F.E.P.A.I, 2013.

GLIGO, Nicolo e outros. **La tragédia ambiental de América Latina y el Caribe.** Libros de la CEPAL, nº 161. Santiago: CEPAL, 2020.

GUDYNAS, Eduardo. **Desarrollo, extractivismo y buen vivir.** In Más allá des desarrollo. Org. Miriam Lang y Dunia Mokrani, pp. 21-54. Quito: Abya Yala, 2011.

HETTWER, Henrique Rudolfo. **Neocolonialidades no Pampa Gaúcho.** Campinas: D7 Editora, 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cidades.** Rio de Janeiro, 2018. Disponível em <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/cachoeira-do-sul/panorama.>> Acessado em 18/05/2018.

\_\_\_\_\_. **Levantamento Sistemático da Produção Agrícola.** SIDRA. Disponível em <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/6588>.

MAZOYER, Marcel e ROUDART, Laurence. **História das agriculturas no mundo.** São Paulo: Editora Unesp, 2008.



MENEZES, Leandro Jesus Maciel de e CASSOL, Kelly Perlin. **Notas sobre o agronegócio da soja no Brasil.** In 1º Simposio de Geografía del Cono Sur: Desafíos para la integración de la Geografía del Cono Sur. Org.: Ana Estela Dominguez Sandoval, Carmen Rejane Flores Wizniewsky, Tatiane Almeida Netto, Lucía Eluén, pp. 44-56. Montevideo: Laboratorio de Desarrollo Sustentable y Gestión Ambiental del Territorio-Geografía, IECA, Facultad de Ciencias - UdelaR, 2015.

NOVAES, Marcelo Carneiro e JENSEN, Thomaz Ferreira. **Agrotóxicos, capital financeiro e isenções tributárias.** In Direitos Humanos no Brasil 2020: relatório da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos. Org. Daniela Stéfano e Maria Luísa Mendonça. São Paulo: Outras Expressões, 2020.

PNUD Brasil; IPEA e FJP. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil.** Pnud Brasil, Ipea e FJP, 2020. Disponível em <http://www.atlasbrasil.org.br/ranking>.

POCHMANN, Marcio. **Retrato de um país regredido.** São Paulo, Outras Palavras, 2021. Disponível em [https://outraspalavras.net/crise-brasileira/pochmann-retrato-de-umpais-regredido/?fbclid=IwAR1T5GKrqT5YVvy3RHibLm\\_fTfYv5AqaCU3TWCzvGpNRYDXYC3n0RHMFJLI](https://outraspalavras.net/crise-brasileira/pochmann-retrato-de-umpais-regredido/?fbclid=IwAR1T5GKrqT5YVvy3RHibLm_fTfYv5AqaCU3TWCzvGpNRYDXYC3n0RHMFJLI).

REDE PENSANN. **Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil.** Brasília: Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional, 2021. Disponível em [http://olheparaafome.com.br/VIGISAN\\_inseguranca\\_alimentar.pdf](http://olheparaafome.com.br/VIGISAN_inseguranca_alimentar.pdf).

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização.** São Paulo: Record, 2009.

SILVA, José Graziano da. **A Nova Dinâmica da Agricultura Brasileira.** São Paulo: Editora da Unicamp, 1996.

SOARES, Herick Vazquez. **O mercado de trabalho na cadeia da soja em Mato Grosso: emprego, renda e condições na agricultura capitalista.** Araraquara: Uniara, 2018. Disponível em [https://www.uniara.com.br/legado/nupedor/nupedor\\_2018/3/6\\_Herick\\_Soares.pdf](https://www.uniara.com.br/legado/nupedor/nupedor_2018/3/6_Herick_Soares.pdf)